

**AO JUÍZO DE DIREITO DA XXX VARA CRIMINAL DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX/UF**

Processo nº.

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), à presença de Vossa Excelência, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal, apresentar

**RESPOSTA À ACUSAÇÃO**

aduzindo para tanto o que se segue.

**I - DOS FATOS**

No dia 30/12/20XX, o Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor do acusado, imputando-lhe a prática da conduta descrita no **art. 155, §4º, IV, do Código Penal**, por fatos supostamente ocorridos em 04/12/2019, nos termos da exordial de ID.

.

Houve o recebimento da denúncia em 08/01/2020 (ID.     ). Devidamente citado (ID.     ), o acusado manifestou interesse em ser assistido pela Defensoria Pública.

O denunciado encontra-se preso, em razão da decretação de sua preventiva nos presentes autos, desde o dia 24/12/2019 (ID.     ), ou seja, há cerca de 01 (um) mês.

## II - DA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

A representação da autoridade policial pela prisão preventiva do denunciado se deu sob o argumento de que *“FULANO, por sua vez, foi identificado em um roubo na área de Sobradinho II, no mês de outubro (IP     DP) e no dia de sua prisão estava portando uma arma de brinquedo. Além disto, FULANO está sendo investigado nesta Delegacia por uma série de outros delitos contra o patrimônio”* (ID.     , pg. 76).

Em decisão de ID.     , pgs. 69/72, o d. Juízo decidiu pela segregação cautelar do acusado ao fundamento da garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal.

Ocorre que, ao fundamentar o r. *decisum*, o i. Magistrado **em nada correlacionou os abstratos critérios normativos ao caso concreto de FULANO**. Ao contrário, nos concisos termos em que apontou os substratos fáticos supostamente presentes, **correlacionou-os todos ao correu FULANO**.

Assim, asseverou apenas que (ID.     , pgs. 71/72):

*“Saliente-se, por fim, que a prisão preventiva dos indiciados também deve ser decretada com fundamento na aplicação da lei penal, visto que ambos os indiciados possuem passagens pela polícia e, **especificamente FULANO, já fugiu do sistema prisional - conforme Ocorrência Policial nº     DP**.*

*Assim, o decreto da Prisão Preventiva se impõe.*

*Posto isso, nos termos do entendimento supra e na forma dos artigos 311, 312, I e 313, todos do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado FULANO e FULANO, já, qualificados."*

Carente de fundamentação concreta, por conseguinte, a decretação da prisão preventiva de FULANO.

Mas não é só. No caso dos autos, é necessário ressaltar que o acusado é **primário**, consoante se observa dos docs. de ID. , pgs. 01/16.

Não bastasse, trata-se a hipótese de **furto qualificado**, ao qual é cominada pena de dois a oito anos. Dessa forma, ainda que seja condenado, o denunciado será sentenciado ao cumprimento de pena no **regime aberto**, incompatível com a custódia cautelar, em razão dos princípios da homogeneidade e proporcionalidade que devem nortear as cautelares restritivas da liberdade.

Nesse sentido, confira-se o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. **PRISÃO PREVENTIVA**. PEQUENA QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. PACIENTES PRIMÁRIOS. **DESproporcionalidade da medida extrema. REVOGAÇÃO**. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO. (...)*

*Numa primeira análise, entendo fundamentada a necessidade da decretação da prisão cautelar, pois, baseadas em elementos concretos, alheios à gravidade abstrata do delito.*

***No entanto, não se pode desconsiderar a absorção do princípio da proporcionalidade pelo ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente pelo direito processual penal. Não obstante tratar-se de um princípio implícito, não estando expressamente previsto no Texto Constitucional, o princípio da proporcionalidade tem servido como instrumento de proteção contra intervenções estatais desnecessárias ou***

***excessivas, que causem aos cidadãos danos mais graves que o indispensável para a proteção dos interesses públicos.***

*Nessa toada, entendo que, a pequena quantidade da droga apreendida em posse dos pacientes, aliada à primariedade de ambos, **resultará, em caso de condenação, em uma pena branda que, possivelmente, será cumprida em regime aberto, com possibilidade de substituição por restritivas de direito.***

*Assim, embora não olvide haver fundamentação concreta no decreto preventivo quanto aos pressupostos que autorizam a segregação antes do trânsito em julgado, a meu ver, inadequado e desproporcional o encarceramento dos pacientes dada as peculiaridades do caso concreto, motivo pelo qual entendo que deve ser revogada, in casu, sua prisão preventiva.*

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício.*

*(HC 434.053/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 11/05/2018)*

Necessária, portanto, no caso em análise, a revogação da prisão preventiva do acusado.

### **III - DO MÉRITO**

Em relação ao mérito, considerando não haver, por enquanto, nenhuma causa evidente que exclua a tipicidade, a antijuridicidade, a culpabilidade ou a punibilidade do acusado, a Defesa Técnica reserva-se no direito de se manifestar quanto ao mérito da acusação no momento processual adequado.

Ademais, tendo em vista que o acusado **encontra-se preso** e não pôde comparecer à Defensoria Pública para apresentar sua versão a respeito dos fatos apurados neste processo, requer seja garantido, em atenção ao princípio da ampla defesa, o direito de apresentar, em momento oportuno, eventuais testemunhas que surjam no decorrer da instrução processual, caso necessário.

Nesse sentido, dispõe o art. 189 do CPP que “***Se o interrogando negar a acusação, no todo ou em parte, poderá prestar esclarecimentos e indicar provas***”.

Nada obstante, na busca da verdade quanto aos fatos, arrola, preliminarmente, as mesmas testemunhas indicadas pela acusação, todas com cláusula de imprescindibilidade, para serem ouvidas em juízo.

#### **IV - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer a Defensoria Pública:

a) a revogação da prisão preventiva de FULANO, permitindo-se ao denunciado o direito de responder a ação penal em liberdade;

b) quanto ao delito narrado na denúncia, seja assegurado ao acusado o direito de provar sua inocência por todos os meios de prova existentes, mormente a prova pericial, documental e testemunhal;

Por fim, arrola como testemunhas as mesmas apresentadas pela acusação, reservando-se no direito de substituí-las em homenagem à ampla defesa.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

**FULANO DE TAL**  
**DEFENSOR PÚBLICO**